

1. INTRODUÇÃO

Antes de começarmos pretendemos explicar, com brevidade, os factores que motivaram a escolha do tema. Este surgiu na sequência da realização do trabalho individual no âmbito da disciplina Arqueologia, Território e Ruínas, do Curso de Pós-Graduação em Património e Turismo. Pretendeu-se analisar a oferta que o sítio arqueológico de Miróbriga oferecia aos seus visitantes. Neste contexto, observaram-se e analisaram-se os recursos do monumento. Esta observação foi feita tendo como base diversos parâmetros: os acessos, o enquadramento paisagístico, as estruturas de acolhimento e a informação disponível.

Partindo dos parâmetros acima delineados, a dissertação alargou-se à análise da crescente aposta no Turismo Cultural avaliando o investimento realizado pelo IPPAR em estruturas e meios promocionais efectuados em parceria com as duas regiões, nos sítios arqueológicos do Alentejo e Algarve.

Tendo estas duas regiões fortes potencialidades turísticas, a primeira detentora dos recursos culturais e históricos e, a segunda de recursos naturais (praia), pretendemos esclarecer, por um lado, as tendências turísticas regionais e, por outro, a médio e longo prazo, articular a imagem de destino Sol & Mar com outros tipos de Turismo, sendo um deles o Turismo Cultural.

Apesar de Portugal ter despertado, recentemente, para a política de preservação e salvaguarda do seu Património, para fins promocionais e turísticos, temos que ter consciência *“que é absolutamente irrealista a conservação de todos os locais com vestígios do passado. (...) Por conseguinte, restam-nos duas atitudes possíveis: estudar todos os locais de interesse arqueológico com o intuito do seu conhecimento, de forma a cimentar o melhor possível o entendimento do passado; seleccionar, criteriosamente, os locais a conservar e a apostar em termos de projecto de valorização, para finalidades de usufruto social do público.”* (Matos: 2003; 164)

Para perceber a situação actual torna-se necessário contextualizá-la, enquadrando-a na vivência histórica e na realidade das duas zonas. O Alentejo encontra-se dividido em duas sub-regiões: o Alto e o Baixo Alentejo. Ambas são caracterizadas por extensas áreas de uniformidade na paisagem natural. O clima é temperado, possuindo baixos níveis de pluviosidade o que fomenta as práticas agrícolas de sequeiro. Pode-se encontrar vestígios patrimoniais de diversas épocas históricas, mas a maioria dos sítios arqueológicos valorizados é da época Romana (Miróbriga; São Cucufate; Conjunto Monumental Mértola; *Villa* de Pisões; *Villa* de Torre de

Palma). No entanto, há ainda outros sítios arqueológicos com projectos de valorização e que remontam à época da Idade do Ferro (Miróbriga; Circuito Arqueológico da Cola), ou do Calcolítico e Neolítico (Circuito Arqueológico da Cola; Conjunto Arqueológico do Escoural; Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória), ou mesmo do Paleolítico (Gruta do Escoural) o que só demonstra a riqueza e a variedade histórica do Alentejo.

Se os sítios arqueológicos forem bem divulgados e promovidos, se as suas estruturas de apoio possuírem condições para qualquer tipo de turista e os acessos bons, serão indiscutivelmente o motor de desenvolvimento de um Turismo Cultural de qualidade, com um impacto positivo na economia local, melhorando, desta forma, a qualidade de vida dos habitantes e a oferta aos seus visitantes.

Assim, dada a importância do Património Arqueológico para o desenvolvimento do Turismo Cultural no Alentejo, entendemos indagar os aspectos positivos e negativos que um turista encontra quando visita os diversos sítios arqueológicos desta região. Para tal, fizemos, numa primeira etapa, um trabalho de campo exaustivo, que consistiu na visita *in loco* e de análise de material promocional e bibliográfico. Esta análise, teve como consequência uma percepção mais fidedigna da importância que o Património Arqueológico possui e do seu presente subaproveitamento em termos turísticos.

Mesmo assim, a simples visita dos sítios revela que o Alentejo é uma região com um enorme valor patrimonial, em várias vertentes. Estas valorizam e dignificam a população alentejana, não somente como uma das regiões mais extensas do nosso país, mas também como uma das mais ricas. Tal riqueza não possui a desejável expressão económica mas, se aproveitada, desenvolverá, qualitativamente, o Alentejo. No estudo realizado pela CEDRU/MUNDIPRAXIS (2001)¹, identificam-se as principais potencialidades turísticas da região. Os recursos *Arqueologia, Monumentalidade e Urbanismo*, alcançam um índice máximo na escala adoptada, com destaque para o *Megalitismo* e a *Arqueologia Romana*, respectivamente.²

A segunda região referida neste trabalho é o Algarve. A ideia comum sobre esta zona remete imediatamente para o Sol e o Mar, com uma grande ligação ao Turismo de Massas, mais propriamente. Mas, o Algarve é muito mais que as praias que anualmente são *invadidas* pelos turistas. O Algarve desde muito cedo foi uma região portuguesa com fronteiras territoriais, bem demarcadas em relação às restantes províncias do reino. A sua principal marca, ou pelo menos

¹ Referente ao Plano do Desenvolvimento Turístico do Alentejo, facultado pela Região de Turismo da Planície Dourada.

² CF. Anexo, Esquema n.º 1 e Quadro n.º 1.

a mais evidenciada, é islâmica, presente em numerosos monumentos ligados ao Património urbano. No entanto há relevantes vestígios romanos (Ruínas de Milreu; *Villa Romana de Cerro da Vila*) ou megalíticos (Monumentos Megalíticos de Alcalar). Esta variedade patrimonial está ausente das brochuras promocionais do Algarve, porque o meio rural algarvio em que se insere este Património não é muito aproveitado. Surgem, pontualmente, algumas actividades de animação turística nas serras de Monchique e Caldeirão; contudo não têm um impacto directo no desenvolvimento local. Esta falta de divulgação implica *“necessidade urgente de abrir a discussão em torno da gestão do Património Arqueológico”* (Estrela: 1999; 199). Efectivamente, no decorrer das visitas aos sítios arqueológicos do Algarve verificámos, quase sempre, a ausência de placas direccionais e acessos difíceis. A *Villa* de Cerro da Vila, em Vilamoura, é o único sítio do Algarve que possui bons acessos. Esta situação pode dever-se ao facto da entidade promotora da *Villa Romana* ser a LUSOTUR II, encontrando-se inserida no complexo turístico de Vilamoura, o que a torna num espaço de visibilidade imediata.

As estratégias de gestão adoptadas no Património Arqueológico rural e urbano serão, igualmente, alvo de análise, de forma a comunicar as diferenças existentes entre os dois tipos de Património. Não se pretende qualificar a sua importância patrimonial, mas apenas frisar as diferenças de estratégia e de planeamento que no seu contexto implica. Aliás não se deverá esquecer o valor e a complementaridade de ambos na organização de um Turismo Cultural completo, diversificado e de qualidade.

A importância do Turismo Cultural e a sua aposta na diferenciação cultural é uma tendência actual da procura turística internacional. Como nos refere Olga Matos (2003) na sua dissertação de Doutoramento sobre Valorização do Património Arqueológico em Portugal *“...numa época de globalização mundial, em que se assume uma Europa unida, regida pelas mesmas linhas de orientação política e económica e de direitos sociais, a cultura assumirá, decisivamente, a marca particular da diversidade que, um dia, por múltiplas razões e condicionalismos, nos fez diferentes.”*

Sendo o tema principal deste trabalho a valorização do Património Arqueológico considerámos também oportuno avaliar o impacte turístico dos monumentos megalíticos de Évora. Nesta perspectiva analisámos cinco pontos de interesse arqueológico (Anta 1 Grande da Comenda da Igreja; Anta-Capela de São Brissos; Anta 1 e 2 da Herdade do Barrocal; Anta Grande do Zambujeiro; Cromesque dos Almendres e Menir dos Almendres). Apesar de existirem

no Alentejo inúmeros outros monumentos megalíticos, a razão de incluirmos os supra-referidos sítios prende-se com o facto destes possuírem as mínimas condições de visitabilidade.

Salientaremos ainda a importância da utilização de novas tecnologias como forma de atrair o turista aos sítios arqueológicos, promovendo simultaneamente a região.

Os elementos apresentados baseiam-se nas visitas realizadas aos sítios arqueológicos nos anos de 2004/2005, nos meses de Agosto e Setembro. Optámos pela realização de duas visitas a cada local de forma a registar uma eventual evolução e novos investimentos. Durante as visitas foi elaborada uma ficha específica, onde circunscrevemos os pontos fracos, os fortes, as possíveis oportunidades e as fraquezas. Na análise SWOT focámos os pontos relacionados com os enquadramentos, os acessos, a qualidade da informação turística, as condições de visitabilidade e a projecção do próprio sítio arqueológico em cada concelho. Ou seja, registámos os pontos essenciais para um visitante interessado nos aspectos culturais. Criámos, assim, uma matriz de avaliação quantificando os diversos aspectos em três níveis: muito forte (●●●) a fraco (●) e, os pontos fracos de: fraco (◆) a muito fraco (◆◆◆).

Em anexo inserimos uma ficha preenchida pelos responsáveis dos monumentos. O modelo da ficha foi adoptado de um inquérito da Universidade da Catalunha, cujo principal objectivo é diagnosticar a oferta e o uso de cada sítio, como por exemplo, o número total de visitantes, de recursos humanos ou das infraestruturas disponíveis, o que enriquecerá a análise SWOT.

No decorrer do trabalho de investigação cruzámos as observações de campo com os indicadores apresentados pelos gestores dos sítios, comparando assim o que detectámos no terreno com os dados que a entidade da tutela facultou.

Contudo a metodologia utilizada não se cingiu somente à pesquisa de campo e análise da oferta. Realizámos uma exaustiva pesquisa na Internet para identificar a projecção internacional dos sítios analisados e verificar a sua relevância concelhia.

Com base no material recolhido a dissertação redigida de acordo com a seguinte estrutura. Os primeiros itens são dedicados a questões de ordem teórica relacionadas com Património Arqueológico e Turismo. Após a descrição sumária das regiões do Alentejo e Algarve organizámos os sub-capítulos dos sítios arqueológicos da seguinte forma: enquadramento geral, acessos, centro de acolhimento e interpretação, circuito arqueológico, intervenção e musealização, visitantes, e análise SWOT.

2 O PATRIMÓNIO E O TERRITÓRIO

2.1. Património e Território: Novos Conceitos

Os conceitos de Património e de Território não se modificaram; apenas se alargaram os seus horizontes. Este alargamento deveu-se às novas exigências na forma de o gerir, respeitando a sua envolvente. Um dos factores que fomentou a abrangência dos conceitos de Património e Território foi o desenvolvimento do Turismo Cultural. Este implica um planeamento interdisciplinar onde o principal objectivo é consciencializar a sociedade de que o Património poderá e, deverá, ser um recurso potenciador de desenvolvimento, transmitindo o conhecimento do passado, rico em valores culturais autóctones.

Perante a evolução de conceitos e de acções diversas já delineados no sentido de tornar o Património parte integrante da sociedade actual e complementar do seu território, podemos falar também de um novo conceito de museu – *Museu sem Fronteiras*. Para o efeito o “*Programa de Incremento do Turismo Cultural foi criado pelo governo em 1997*”, com o principal objectivo de “*preparar, lançar e divulgar circuitos de Turismo Cultural no espaço nacional*” (Lopes 2003; 61).

De acordo com os dados fornecidos pela Organização Mundial de Turismo (OMT) o nosso país poderá receber em 2020 entre 17 a 20 milhões de turistas (Lopes: 2003; 61). Este crescimento do Turismo Nacional será motivado, entre outras causas, por uma forte tendência cultural. Em consonância com os dados facultados pela Direcção Geral de Turismo, podemos verificar que apesar da importância do Turismo Sol & Mar, os destinos como o Norte, o Centro e o Alentejo possuem uma enorme importância na escolha dos destinos dos mercados emissores (Alemanha, Espanha, França, Holanda e Reino Unido). Esses destinos apresentam uma matriz diferente do destino algarvio, onde a oferta se baseia na história, cultura e paisagem, que devidamente conjugada fornece um produto personalizado, combatendo a sazonalidade e as massas de afluxos turísticos vividos na costa algarvia.

Em ordem decrescente, o mercado que mais escolhe Portugal como destino de férias é a Espanha, com 20.665,6 milhares de visitantes no ano de 2003 (75,1% do total), seguindo-se o mercado oriundo do Reino Unido com 2.101,3 milhares de visitantes, no ano de 2003 (7,6% do total), respectivamente³. Os dados facultados pela Direcção Geral de Turismo, referentes a 2003, facultam o perfil do nosso mercado turístico internacional. As motivações do mercado espanhol revelam um turista que procura, cada vez mais, o Turismo de Negócios, o Short-Break/Touring,

³ CF. Anexo, Gráficos n.ºs 1 e 2 da Direcção Geral de Turismo.

complementando-o com interesses e curiosidades ligados à história e cultura do seu destino receptor. O Reino Unido, o segundo mercado emissor que visita o nosso país, possui como principal motivação as férias de Sol & Mar, seguido pela visita a familiares e amigos e o Turismo de Negócios.

De acordo com os dados fornecidos pela Direcção Geral de Turismo, podemos afirmar que os mercados, alemão e holandês, que ocupam o terceiro (7,2%) e o quinto lugar (4,1%), respectivamente em 2003⁴, são fortes potenciadores do Turismo, da cultura e da história nacional.

Pelo facto do mercado alemão, possuir motivações relacionadas com a natureza e circuitos com 18% e 12%, respectivamente da importância total em 2003, podemos concluir que este mesmo será, futuramente, um possível nicho no qual deveremos apostar, devido ao seu crescente interesse pelo Património e conhecimento aprofundado do seu destino de férias⁵.

Relativamente ao mercado holandês verificamos que a maior motivação se prende com a procura do Sol & Mar, com 35%, mas os circuitos turísticos possuem uma importância de peso, constituindo 19% do total. Esta motivação encerra interesses ligados à natureza, paisagem, história, arqueologia, cidades, vilas, aldeias e montes.⁶

A evolução da procura turística, retrata um crescendo de motivação cultural, factor importante como motor do desenvolvimento regional, incluindo o Património Arqueológico.

A importância do Património, como factor fomentador do desenvolvimento regional no âmbito de um Turismo Cultural de qualidade, está intimamente ligada à interacção entre o Património e a Sociedade. A divulgação do Património é essencial de forma a revelar as diferenças entre culturas e as vivências de cada povo numa sociedade cada vez mais estereotipada e globalizante.

A relação que o Património estabelece com a sociedade possui três aspectos essenciais como nos refere Marcelo Martin (2001; 32):

- a sua adequação à realidade, ligado estreitamente à sua utilidade (função/utilidade);
- a sua função própria, onde sejamos capazes de adaptá-la e interpretá-la intimamente a tudo o que nos liga (enquadramento);
- a sua peculiaridade, no qual é demonstrado a nossa identidade (unicidade).

⁴ CF. Anexo, Gráfico n.º 2, da Direcção Geral de Turismo.

⁵ CF. Anexo, Gráfico n.º 3, da Direcção Geral de Turismo.

⁶ CF. Anexo, Gráfico n.º 4, da Direcção Geral de Turismo.

Não é possível separar o Património do seu natural território, onde a intervenção pública e privada são essenciais para todo o processo de adequação à realidade. A salvaguarda da sua função social e territorial deverá ser organizada e recuperada através da racionalização de sinergias e recursos de quem tutela o Património no nosso país (o IPPAR) e entre quem gere o território, de modo a projectar as intervenções específicas no campo sócio-económico. Como nos diz Marcelo Martin (2001; 26) *“Planificar, proyectar e ejecutar un trabajo sobre un bien cultural que hoy pertenece de pleno derecho a un cuadro complejo y lleno de variables no puede ya ser lo mismo que hace veinte o treinta años.”*. É imperativo trabalharmos em equipa e aplicarmos no terreno as intervenções planificadas de acordo com a especificidade. Para que a relação Património e sociedade funcione é fulcral que exista em todas as suas intervenções e planeamento uma descentralização e uma territorialização quanto à difusão patrimonial. Se assim for, todo o processo será visto na sociedade como factor de promoção da sua identidade única e rica, incrementando o dinamismo do tecido industrial e comercial e potenciando o desenvolvimento da região.

Para que a difusão do Património seja perspectivada como um aspecto essencial na sua relação com a sociedade local e visitante e, por conseguinte, com toda a sua envolvência, é preciso que o mesmo possua visibilidade e reconhecimento no seu território e que seja baseado numa rede composta por museus, conjuntos históricos e arqueológicos, arquivos e bibliotecas, complementados por Centros de Atendimento e Interpretação, espaços expositivos, Postos de Turismo e Gabinetes de Informação Cultural e Turística.

Esta difusão poderá ser, igualmente, apelidada de acordo com Marcelo Martin (2001; 28) de *“gestión cultural mediadora”*, porque implica uma organização de todo o historial e até do objecto em questão: documentar, interpretar, produzir e divulgar todo o Património que rodeia a sociedade e documentar uma história e identidade.

É cada vez mais necessário que o Património natural e cultural (onde se encontram inseridos os sítios arqueológicos) esteja intimamente ligado ao território e às actividades sócio-económicas da localidade. Posto isto, não poderemos nunca planificar e idealizar a difusão e a recuperação patrimonial se não a contextualizarmos. Como questionam Manel Miró Alaix e Jordi Padró Werner (2001; 38) *“¿i que papel debe jugar el patrimonio cultural y natural en una sociedad cambiante como la nuestra?”*.

Antes de respondermos a esta questão é necessário reconhecer que em Portugal não há uma reflexão teórica perante os modelos de valorização patrimonial. Como referem Manel Miró

Alaix e Jordi Padró Werner (2001; 38-39), existem três modelos muitas vezes aplicados na defesa do valor patrimonial embora, de forma incoerente:

- o primeiro relega para segundo plano aspectos do passado, realizando planos que desenquadram e descaracterizam toda a função inicial do Património, fazendo com que o mesmo seja unicamente elemento decorativo;
- o segundo modelo, coloca o Património como um elemento primordial, ou seja, o elemento patrimonial é tido como imagem de marca de um destino cultural, por exemplo: quando pensamos em Évora a primeira imagem promocional é o Templo Romano. Este modelo apenas tem em conta a difusão patrimonial do monumento identificativo do destino e não o integra no contexto social;
- o terceiro e último modelo praticado é o mais recente, no qual se aplicam novas técnicas e conhecimentos em relação com o território, ou seja, pratica-se um desenvolvimento sustentável dos elementos patrimoniais.

É neste último modelo que poderemos inserir a base de todo o objecto estudado neste trabalho – a interpretação dos sítios arqueológicos – de forma a responder à pergunta anteriormente formulada. O papel que o Património cultural e natural deverá possuir numa sociedade como a nossa, em constante mudança, é o denominado *Museu – Território*. Esta definição encontra-se baseada nos ecomuseus franceses e na interpretação anglosaxónica do Património, como marcador paisagístico. Por conseguinte, abarca três valores importantes, numa sociedade em constante mudança, que são:

1. o valor identitário (como imagem territorial);
2. o valor económico (como elemento gerador de investimento e desenvolvimento territorial);
3. o valor social (o desenvolvimento territorial poderá influenciar a melhoria da qualidade de vida da sua população).

A tipologia de museu abarca duas novas realidades museológicas. Uma delas é a constituição de um museu ao ar livre, cuja história se encontra intimamente ligada ao seu meio envolvente, que por sua vez se encontra em permanente mutação. Esta realidade museológica encerra uma oferta, em termos de estruturas de apoio, com o intuito de ajudar na compreensão dos vestígios históricos documentados no território, criando-se os Centros de Interpretação e Acolhimento ao visitante nos sítios arqueológicos e, delineando-se itinerários devidamente sinalizados e descritos de acordo com o apresentado *in loco*. A outra, prende-se com todas estas estruturas de apoio ao turista/visitante que revitalizam e desenvolvem o território, oferecendo

uma interpretação válida e eficiente sobre o local histórico estudado bem como a documentação necessária para *despertar* a curiosidade do visitante.

Com a crescente globalização é essencial que apostemos na diversidade e na diferenciação cultural. Nesse sentido nada melhor do que a inserção do modelo *Museu – Território*. Este fomenta o respeito pelo Património ao preocupar-se com toda a sua envolvência, melhorando assim a qualidade de vida da população local, apostando num modelo de gestão patrimonial sustentável que permite a participação de vários agentes locais, privados e públicos, em todo o processo de ordenamento museológico.

2.2. A Problemática Patrimonial

A problemática patrimonial assenta nas dificuldades que a preservação do nosso Património enfrenta actualmente perante todos os perigos da sociedade. O nosso Património é gerido apenas por uma entidade estatal, o IPPAR. Esta entidade tutela toda a herança histórica, planifica as intervenções perante um critério de selecção, cataloga, conserva e restaura todo o Património, tem ainda como função a sua difusão. Perante a situação actual causada pela deficiente gestão do nosso Património é imperativo descentralizar a sua gestão e que toda a conservação e promoção do mesmo seja realizada por profissionais de promoção, e que seja feito convenientemente o financiamento e investigação sobre as necessidades dos visitantes de forma a acabar com a projecção generalista patrimonial, que não tem em atenção as preferências e o perfil do turista cultural.

O Património nunca deverá ser consumido e vendido como um produto massificado, já que esta situação conduzirá a curto prazo à sua degradação pelo enorme afluxo turístico que origina e consequentemente, o detrimimento do território envolvente como sucedeu com a cidade de Veneza. Esta cidade foi a única que realizou uma campanha de modo a não atrair tantos turistas, já que a quantidade diária de visitantes era demasiado elevada para os monumentos visitados, o que originou choques culturais e a degradação do meio. Para travar este processo a Câmara Municipal de Veneza realizou uma campanha, na qual evidenciava os pontos fracos da cidade, como o lixo que os turistas produziam e toda a poluição que a cidade sofria diariamente devido à enorme quantidade de visitantes por dia.

O Património está muitas vezes aliado a um facto histórico estático, sem mutação, como se fosse um arquivo no qual os historiadores e os arqueólogos guardam religiosamente todos os achados. O Património é um termo vastíssimo, o qual insere várias tipologias patrimoniais, mas

o que nos interessa referir nesta tese de dissertação é o Património Arqueológico, no qual “*A valorização (...) está intimamente relacionada a questões tão vastas como o seu conhecimento científico e as suas protecção, conservação, divulgação e apresentação ao público.*” (Barata: 1991; 61). Associamos diversas vezes ao Património Arqueológico o termo ruína, as marcas no tempo que devemos conservar. Esta conservação nunca deverá fixar uma realidade que sempre foi dinâmica, incompleta, que apenas tenta comunicar às sociedades actuais o passado das suas civilizações de forma a que estas saibam aproveitar (no seu presente e no seu futuro), todas as potencialidades territoriais da sua localidade.

O Património Arqueológico nunca deverá ser difundido de forma massificada, mas sim organizado e planificado de forma conjunta com outros tipos de patrimonialização, tais como o monumental, com o intuito de formar um pacote cultural de qualidade por um lado, e por outro deverá impôr-se pela diferenciação e unicidade dos seus recursos com o objectivo de diversificar numa Europa que se pretende globalizante.

2.3. O Ordenamento Turístico do Território

O Turismo é frequentemente associado como principal fomentador da degradação do meio ambiente, como por exemplo, no desvirtuamento das paisagens e sítios naturais, no afrontamento com as culturas locais ou na alteração do modo de vida das populações residentes (como invasão de espaço, perda de tranquilidade). Todos estes aspectos são facetas negativas de um Turismo não planeado e/ou ordenado perante as características próprias do seu espaço envolvente e, no qual o principal objectivo é o lucro rápido e fácil.

Outras vantagens, há induzidas pelo Turismo numa região. Este sector não pode ser visto como o único responsável pela poluição em centros ambientais ou históricos, visto que o sector turístico depende do sucesso e da preservação destes mesmos recursos. O ordenamento turístico aumenta a coordenação do espaço urbano e aposta neste último como repassador da valorização do Património urbano e histórico para fins turísticos e educacionais.

Poderemos, enumerar itens que representam o sucesso de toda a organização turística no terreno, estes são:

1. *“restauração e preservação do património urbano, histórico e industrial de um país, duma região ou duma comunidade;*
2. *valorização e gestão do património assim restaurado e preservado;*
3. *informação e consciencialização do público através dos meios de comunicação;*

4. *desenvolvimento do artesanato e conservação das tradições;*
5. *valorização da riqueza gastronómica do país e das regiões;*
6. *utilização de fontes de financiamento com vista à valorização das diversas potencialidades culturais, arqueológicas, artísticas, etc.”* (Mendes: s.d.; 33)

A partir do explanado acima o Turismo ordenado e planificado por uma equipa interdisciplinar poderá ser um motor de desenvolvimento regional, criando condições de melhoria de vida para a comunidade local, um maior número de postos de trabalho, gerando receitas e enaltecendo a cultura local.

Especificando a relevância do ordenamento turístico nos recursos históricos e culturais, a OMT (Organização Mundial de Turismo) identificou alguns aspectos que evidenciam as consequências da falta de ordenamento:

- *“alteração do equilíbrio ecológico das regiões que anteriormente dispunham de um bom ambiente natural, cultural e humano;*
- *conflitos com os valores tradicionais e com a cultura local, bem como uma intensa e perniciosa standardização dos modos de vida, contribuindo para o definhamento de iniciativas e da realidade das populações residentes.”* (Mendes: s.d.; 34)

No que concerne à importância do ordenamento turístico do território, deparamo-nos com a relevância de dois conceitos essenciais para o desenvolvimento deste trabalho de investigação: a globalização versus a diversificação cultural. Quando o Turismo possui uma estratégia bem delineada e de acordo com o território envolvente, com a população local e com as necessidades dos seus visitantes, a região receptora só terá vantagens no seu desenvolvimento. Oportunidade que as regiões do interior do país terão, se apostar no sector turístico realçando e rentabilizando os seus recursos históricos e naturais, tirando partido da sua própria diversificação cultural por intermédio de itinerários culturais e históricos. Estes mesmos poderão ser regionais ou inter-regionais, como é o caso do itinerário entre o Alentejo e Algarve.

Apesar de existirem ainda alguns factores do foro turístico que terão que ser melhorados este itinerário organizado pelo IPPAR apresenta-se como uma boa iniciativa na organização e promoção do nosso Património rural e arqueológico, pelo facto de pretender atrair turistas/visitantes para o interior do país criando infra-estruturas de apoio, de forma a tornar a visita mais didáctica.

Tendo em conta um desenvolvimento sustentável enquadrado na região, deve-se ter atenção nos seguintes pontos estratégicos:

1. *“A promoção do turismo rural deverá assentar e ser dirigido basicamente para as actividades e potencialidades específicas do meio rural, nomeadamente, a sua paisagem, a sua agricultura e actividades afins, o seu artesanato, a sua cultura, a sua história, a sua riqueza faunística e da flora.*
2. *(...)criar iniciativas de restauração e de valorização associadas a novas actividades de recreio e lazer, conferindo novas utilizações aos edifícios históricos, apoiando os trabalhos de investigação arqueológica, conservando ruínas de valor histórico (como as pontes romanas em tão grande número no nosso país), complementando o rendimento dos agricultores e facilitando a reestruturação fundiária.*
3. *O planeamento, a localização, a construção e a gestão dos novos empreendimentos turísticos devem sempre respeitar a paisagem e também sempre que possível as formas de habitat local.*
4. *(...)uma política de desenvolvimento integrado com as autoridades locais e regionais.*
5. *A indústria turística deveria promover e divulgar uma melhor informação do público e dos turistas estrangeiros sobre as potencialidades turísticas do meio rural, favorecendo a prática do turismo itinerante.”* (Mendes: s.d.; 35)

O Turismo necessita, cada vez mais, de coordenar as sinergias locais e/ou regionais integrando políticas de Turismo e ambiente, apostando num desenvolvimento sustentável regional, onde o desenvolvimento turístico se insira harmoniosamente com a política regional do ordenamento do território e, por fim, onde os circuitos turísticos acompanhados de estruturas de apoio sejam os mais procurados.

Assim é preciso realizar uma avaliação das potencialidades turísticas do nosso país e uma análise SWOT destes recursos com o objectivo de organizar um produto turístico diversificado e que ofereça qualidade e satisfação ao turista/visitante.

Ao analisarmos o quadro n.º 5, referente à *“Avaliação das Potencialidades Turísticas de Portugal”* segundo J. L. Ferreira Mendes (s.d.; 36-37)⁷, podemos constatar a relação e a interdisciplinabilidade necessária no processo de avaliação: primeiro, existe um trabalho de campo onde se realiza o levantamento das potencialidades, de seguida efectuar-se-á uma reflexão sobre o espaço turístico de forma a ordená-lo convenientemente, segundo critérios específicos para cada zona ou recurso turístico, por fim e, muito resumidamente, elaborar-se-ão soluções possíveis de acordo com o perfil de ordenamento turístico verificado em função dos

⁷ CF. Anexo, Quadro n.º 5.

recursos e da procura. Todo este processo deverá ser a curto e a médio prazo devidamente monitorizado por uma equipa de controle e gestão dos serviços administrativos e comerciais, estudando aprofundadamente o evoluir da situação actual.

No Turismo Cultural a primeira fase de avaliação é realizada, (ou seja, o levantamento das potencialidades no terreno), mas a sua continuidade fica incompleta, já que a procura é escassa perante os recursos oferecidos. Na nossa perspectiva, e, baseado no desenvolvimento do estudo, podemos afirmar que o entrave encontra-se na promoção e divulgação dos recursos, bem como à falta da utilização de novas tecnologias como recurso promocional e a inserção deste itinerário noutros itinerários culturais e históricos, de modo a apresentar um pacote histórico diversificado e completo.

No quadro n.º 5 e esquema n.º 2, apresentados em anexo, verificamos a importância que o Turismo Sustentável possui, complementado com o Turismo Cultural baseado na diversidade dos produtos turísticos de forma a constituir um meio eficaz de combate à saturação da orla costeira (necessidade da aposta no Turismo Interior). Os aspectos que denunciam a parca organização e desenvolvimento turístico são: a escassa participação da população local e das associações locais, a pouca prática na comunicação em língua estrangeira, as grandes deficiências nos acessos e a excessiva burocracia dos processos turísticos. Estes factores são referentes ao nosso país em termos gerais.

Poderemos afirmar, com o exposto até aqui, que a aplicação do plano de ordenamento do território, enquadrado nas necessidades regionais, poderá futuramente organizar e oferecer um Turismo Cultural dinamizador e revitalizador dos meios rurais, de modo, a esbater as assimetrias entre os grandes centros urbanos e os meios rurais. Poderíamos, até para enriquecermos a nossa oferta turística cultural, realizar parcerias e campanhas de promoção do nosso Património com a vizinha Espanha de forma a oferecer um produto completo e capaz de fidelizar o turista que procura a diversidade cultural numa Europa que se pretende homogénea.

3. O PATRIMÓNIO URBANO E RURAL

3.1. Património em Geral

Ao falarmos de sítios arqueológicos não podemos esquecer a sua envolvente. Actualmente *“parece quase redundante afirmar (...) que a protecção do Património Arqueológico é indispensável, atendendo à sua riqueza cultural, como testemunho fundamental do passado. Mas, se a tomada de consciência da necessidade de protecção se pode considerar – ao nível das preocupações – um dado adquirido, já a realidade da maioria dos sítios arqueológicos não espelha, como desejável seria, essa tomada de consciência.”* (Barata: 1991; 61)

Perante esta tomada de consciência Olga Matos (1996; 54) refere-nos, *“a noção de património ligada aos grandes edifícios, às catedrais e igrejas, aos palácios e às telas de famosos pintores, vêm juntar-se a pequena habitação rural, a capela e as alminhas, o pelourinho e o fontanário, os espigueiros e a candeia caída em desuso, bens culturais não menos valiosos no testemunho da nossa cultura, fortemente ruralizada”*. O alargamento da definição de Património fez com que a população fosse mais interveniente na sua preservação e salvaguarda fomentando o enquadramento. Contudo, o conceito de Património sofreu variadas mutações ao longo dos séculos. Aliado à definição de Património encontramos o conceito de *memória*. Por sua vez, a memória conduz-nos aos conceitos de *“guardar/conservar/preservar ou rasgar/romper/destruir porque temos a capacidade de eleger o que nos é importante do que não nos interessa”* (Barata: 2004; 12).

O Património abarca, pois, um conjunto de bens móveis e imóveis que retratam vivências/memórias de uma determinada época, cujo principal objectivo da sociedade actual assenta na participação activa dos diversos recursos culturais porque a *“História não é decididamente um «processo unitário» ou uma entidade estática, passível de uma única leitura e representação simbólica e emblemática, mas sobre ela é possível fazer uma «narrativa plural» que se escreve numa teia de relações, num espaço e num tempo: são, portanto, os múltiplos olhares sobre o espaço que produzem as realidades, e, em última estância, «a História não é senão uma construção».*” (Barata: 2004; 13) Esta construção deverá ser efectuada em consonância com as necessidades da populações, fomentando-se a criação de equipas pluridisciplinares e exigindo-se *“uma maior responsabilização dos múltiplos agentes que (nem sempre com a trama desejável) se relacionam com aspectos relativos à gestão da herança do Passado e, por conseguinte, da construção do Futuro.”* (Barata 2004; 14). Deste modo a

responsabilidade inerente à preservação e salvaguarda do Património requer o conhecimento de todos os recursos culturais existentes, realizando-se estudos planeados na sua envolvente.

Com o desenvolvimento da sociedade os legados do Passado transformam-se, alguns acompanhando a evolução, outros caindo no esquecimento total e, como tal, *“se não se encontram alternativas para a sua adaptação às novas funções, ou elas não se coadunam com o «antigo», o que acontece é que entram em processo gradual de desagregação física e com ela, por arrasto, verifica-se uma desagregação das sociabilidades que lhe pertenciam.”* (Barata: 2004; 16)

O que pretendemos é a constante valorização patrimonial, mas sem o *“embalsamento”* dos achados históricos, como sucede, diversas vezes, nos Centros Históricos. O Património deverá ser preservado como uma transmissão da nossa memória, utilizando-a sem nunca descurar a sua principal e primeira função de forma a não adular a sua estrutura.

No século XX foram modificadas as políticas e os princípios de salvaguarda, baseados nas Cartas de Atenas (1931) e de Veneza (1965), as quais alertavam para a *“necessidade de ter em atenção as novas funções e usos e a sua compatibilidade com os edifícios históricos.”* (Barata: 2004; 17) Por conseguinte, desenvolveu-se a preservação dos centros históricos como espaços urbanos antigos que descrevem vivências e símbolos únicos da sociedade em questão. Consequentemente, foram criadas as condições para o desenvolvimento do Turismo Cultural. Este era considerado, nos seus primórdios, como um tipo de Turismo com impactos altamente negativos para o centro urbano, devido ao facto de selarem o Centro Histórico para a sociedade actual, deslocando esta última para a periferia da cidade. Diante da fragilidade e a ineficiência da salvaguarda dos recursos patrimoniais, a Nova Carta de Atenas (1998) preconiza *“com as novas necessidades urbanas, nomeadamente a coesão económica e social, o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida nas cidades”* (Barata: 2004; 17) esbater o desequilíbrio resultante do escasso planeamento turístico urbano. Por seu turno, a Carta de Cracóvia (2000) alerta para a existência de actividades de cariz económico em centros urbanos cuja principal actividade se prende com Turismo Cultural, que podem alterar a matriz tradicional. Como nos refere a Carta de Cracóvia (2000) *“a conservação do património cultural deve ser uma parte integrante dos processos de planificação e gestão de uma comunidade e pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social destas comunidades», e ainda, «o património hoje (...) é da sociedade, e das gentes que vêem nele a sua identidade.”*(Barata: 2004; 17)

Neste contexto o Património Arqueológico deve ser preservado não só no sítio arqueológico propriamente dito. Os projectos devem, também, abranger a sua envolvência e visibilidade, de modo a facilitar a compreensão global do sítio e do seu contexto. Existem, portanto, dois referentes muito importantes para a salvaguarda e preservação deste tipo de Património: a visibilidade do sítio e o seu território.

É surpreendente falarmos do nosso país como um espaço vastíssimo e rico em Património, seja este humano ou construído se, na prática, o Património está esquecido, pouco valorizado e *“sobretudo, secundarizado em termos de política do Estado”* (IPPAR – Património/Balanços e Perspectivas: 2000; 17).

Durante o período do Estado Novo, Portugal assistiu a um desinvestimento patrimonial pelo facto do Património ser considerado um bem secundário. Esta situação reverteu-se quando o nosso país entrou para a União Europeia e, recebeu apoios financeiros do I Quadro Comunitário de Apoio *“que permitiu a afectação de verbas mais significativas para obras de recuperação em monumentos apesar destas estarem inseridas na vertente Turismo e Cultura”* (IPPAR – Património/Balanços e Perspectivas: 2000; 17).

O IPPAR teve no seu início sérias dificuldades em termos financeiros e funcionais, sendo por este motivo reorganizada e reestruturada, procurando atingir os seguintes objectivos:

- *“recuperar a dignidade administrativa e a credibilidade técnica junto da opinião pública em geral;*
- *reequilibrar financeiramente as contas correspondentes ao funcionamento do Instituto;*
- *reapetrechar técnica e logisticamente os serviços do IPPAR, nomeadamente as direcções regionais;*
- *consubstanciar uma nova organização administrativa a partir de uma nova lei orgânica.”*
(IPPAR – Património/Balanços e Perspectivas: 2000; 18)

Este processo é moroso: o reconhecimento da opinião pública, o equilíbrio a recursos financeiros, o tornar o sistema logístico mais simples e descentralizado e, por fim, a reorganização do sector administrativo de forma a simplificar o processo burocrático. Com estas medidas - chave, o IPPAR estabeleceu a sua política patrimonial tendo como principais objectivos novas perspectivas patrimoniais e a sua realidade, assentando nos seguintes pontos:

- *“nova atitude perante o património;*
- *um novo relacionamento com os demais agentes e entidades ligadas directa ou indirectamente com o património (...);*

- *a reconciliação da Sociedade com o património.*” (IPPAR – Património/Balanços e Perspectivas: 2000; 18)

Novas políticas de intervenção, baseadas numa nova perspectiva do Património, levam a que este seja interpretado como *“um conjunto de bens, produzidos pelo homem, dotados de uma vida própria e de um regime de interação com a sociedade.”* (IPPAR – Património/Balanços e Perspectivas: 2000; 19).

Para salvaguardar e valorizar a nossa história, é essencial a sua acessibilidade e compreensão por todos. É imperativa a gestão integrada de todos os monumentos de modo a que possam usufruir desta política de valorização e de promoção patrimonial. O sucesso do modelo de gestão implica, todos os agentes e entidades envolvidas, directa ou indirectamente no processo de reintegração do monumento. Um dos agentes com maior responsabilidade patrimonial é o Estado, ao qual compete definir os parâmetros de preservação e de intervenção de qualquer imóvel, criando assim condições necessárias para as outras entidades intervenientes (Universidades; Associações Locais).

A principal função do Estado, em termos patrimoniais, é salvaguardar e valorizar o seu Património para futuramente o promover e valorizar nacional e internacionalmente. Esta só existirá através da participação de toda a sociedade, e guiada pela preocupação por questões ambientais (no enquadramento do monumento), de ordenamento territorial e de gestão urbanística (na visibilidade de todo o monumento).

Assim é vital que a gestão urbanística e o ordenamento do território sejam levados em linha de conta perante qualquer das campanhas de intervenção e recuperação de um monumento para que não se continuem a cometer erros paisagísticos. O IPPAR demonstra cada vez mais essa preocupação, seguindo em todo o processo de intervenção e recuperação os seguintes princípios:

- *“orientar as intervenções no domínio do património, quer na perspectiva da salvaguarda, quer na perspectiva das intervenções de recuperação e valorização, por critérios de objectividade, defendendo sempre que possível intervenções mínimas e o pleno respeito pelo enquadramento urbano e ambiental;*
- *colaborar com outras entidades (...);*
- *envolver (...) a comunidade científica nos programas de intervenção no património, com base no princípio da transdisciplinaridade;*

- *prosseguir e reforçar os programas (...) referentes à valorização dos monumentos e sítios arqueológicos;*
- *alargar gradualmente a área de intervenção a outros grandes imóveis (...);*
- *actuar (...) na recuperação do património móvel e do património integrado, através de programas de restauro tecnicamente qualificados;*
- *reforçar as intervenções (...) com a melhoria e qualificação de recepção do público visitante dos monumentos, designadamente nas zonas de acolhimento, percursos de visita, sinalética, divulgação e lojas.” (IPPAR – Património/Balanços e Perspectivas: 2000; 20-21)*

3.2. Património Arqueológico

De facto, perante os problemas de abandono que a paisagem rural vive, actualmente, é urgente que esta seja alvo de um planeamento adequado com o intuito de fomentar um desenvolvimento sustentável e equilibrado da paisagem. Cada vez mais, o ordenamento do território é esquecido, o que se traduz na construção anárquica de edifícios, na exploração excessiva de inertes, na poluição da água e no abandono dos meios rurais o que conduz à sua degradação. Este quadro tem que ser combatido de forma a criar um equilíbrio (necessário) entre o Homem e a Natureza. Para tal, o planeamento *“deve proteger e adaptar as paisagens existentes e criar novas paisagens”* (Sousa: 2001; 105), de forma a desenvolver os meios rurais e a melhorar as condições de vida das populações locais.

Por outro lado verifica-se a procura dos meios rurais como destino de férias, nos quais são construídas segundas habitações. Perante este panorama a paisagem humanizada dos meios rurais sofre alterações que deverão ser tidas em conta de modo a não se alterar definitivamente a sua ruralidade. Como frisa Manuel de Carvalho e Sousa (2001, 105) *“há um novo equilíbrio a encontrar entre as forças naturais e as necessidades do homem. A paisagem humanizada é uma obra de arte, modelada por gerações, guiadas pela experiência, pela razão e pela intuição”*. Pretende-se alertar para a salvaguarda da paisagem rural e, obrigatoriamente, para o Património rural, sem comprometer a paisagem humanizada porque estes dois vectores de paisagem podem coabitar no mesmo espaço. Este ponto poderá ser aplicável relativamente ao Património Arqueológico, pela simples razão que retrata as vivências rurais, onde o homem e a natureza estabeleçam uma relação de mútuo respeito.

Defendemos assim a revitalização dos sítios arqueológicos com estruturas de apoio, com promoção, mas, ainda há muitos outros aspectos que teremos que melhorar e outros criar, para que o Património rural (principalmente o arqueológico) não seja esquecido e/ou apenas visitável por escolas, onde impera a obrigatoriedade das visitas de estudo. É preciso melhorar os acessos, aplicar as novas tecnologias aos meios promocionais, fomentar as visitas educacionais e sobretudo complementar este Património Arqueológico com as diversas potencialidades das aldeias, vilas e/ou cidades ruralizadas, de forma a incrementar a participação activa das comunidades, desenvolvendo o comércio local e melhorando, assim, as infra-estruturas e a oferta turística da região.

Na antiga organização do tecido urbano, o campo e a cidade possuíam um forte vínculo. Actualmente, e devido ao êxodo rural que se viveu, na busca de uma vida melhor nas cidades, as mesmas cresceram de forma desenfreada eliminando o vínculo entre o espaço urbano e rural. No entanto, não foi unicamente o êxodo rural a principal causa do abandono dos espaços rurais, mas também *“a ausência de manutenção dos espaços florestais e a incorporação de modelos arquitectónicos sem qualquer relação com a nossa paisagem, nem com arquitectura tradicional (...) a industrialização massificada de algumas zonas rurais do país, a exploração de inertes, a modernização agrícola com a construção de grandes estruturas e a abertura de grandes vias de comunicação”* (Sousa:2001; 105).

O planeamento deverá ser devidamente organizado e interdisciplinar, apostando na salvaguarda e preservação da paisagem natural, e na criação de paisagens humanizadas com utilidade para o homem, criando um equilíbrio entre o mesmo, a natureza e o Património.

Deste modo o meio rural não será apenas para férias, mas desenvolver-se-á e atrairá população que o dinamize, alcançando-se uma harmonia com os residentes e o meio. Este seria o cenário ideal de ordenamento do espaço rural, revitalizado e reconhecendo-se a sua importância em termos económicos, sociais, culturais e naturais.

É importante que este Património seja, antes de mais, conhecido (pelo levantamento realizado no terreno); segundo, reconhecido (inventariado e catalogado); terceiro, difundido (reconhecida a sua importância na população local e nos visitantes, criando estruturas de apoio que tornem a visita possível).

Nas diversas visitas efectuadas aos sítios arqueológicos, o factor que muitas vezes desencoraja a visita de turistas/visitantes é a condição dos acessos. Pelo facto das construções das grandes vias não contemplarem os acessos para os diversos espaços rurais, resulta o

escasso número de visitantes. Será o caso das Ruínas de Milreu, dos Monumentos Megalíticos de Alcalar ou do Povoado Pré-histórico de Santa Vitória, que estão pouco sinalizados nas vias principais e sem os acessos necessários.

3.2.1. Definição de Sítios Arqueológicos

Nos sítios arqueológicos descritos neste estudo, é possível encontrar ruínas relativas a diferentes épocas históricas (Paleolítico; Neolítico; Calcolítico; Idade do Ferro; Época Romana e Época Medieval). O planeamento do território pode ser importante numa política de descentralização museológica, já que às colecções não devem ser encerradas num espaço, mas sim permanecer no seu local de origem. Este processo é também crucial, em termos de informação ao turista, exigindo um trabalho conjunto com os diversos museus de modo a promover um determinado território.

Os cuidados que estes sítios museológicos englobam a conservação, a protecção contra roubos, intempéries e ainda o uso de uma linguagem acessível ao público em geral que explicita a função dos sítios e garanta visitas agradáveis com espaços de recepção e de lazer, nomeadamente restaurantes, bares e bibliotecas, bem como as intervenções que os sítios arqueológicos necessitam, demonstram a evolução do conceito patrimonial.

3.2.2. A Política de Valorização dos Sítios Arqueológicos

Perante a aposta na valorização e preservação de todo o Património Histórico e Arqueológico português, o IPPAR organizou um itinerário que abrange os sítios arqueológicos com estruturas de visitabilidade, existentes no Algarve e Alentejo. Este itinerário é um veículo importante de promoção e revitalização do Património rural existente nas duas regiões. O itinerário arqueológico e toda a sua infraestrutura teve e terá sempre um papel importante uma vez que *“faz, de resto, parte integrante dos próprios projectos e programas de reintegração e reutilização destes espaços, constituindo uma componente essencial da gestão dos monumentos e dos sítios.”* (IPPAR – Património/Balanços e Perspectivas: 2000; 43)

Para Filomena Barata (1991; 61) *“Valorizar implica dar a conhecer o significado dos vestígios do passado, as causas e conseqüências da ocupação humana no local e a relação com o meio envolvente. A informação torna-se aqui primordial: roteiros, guias, desdobráveis, sinalização adequada e exposições monográficas – no caso de haver condições para tal – poderão ser formas de veicular a informação. O acompanhamento dos visitantes durante os*

períodos de escavação ou outras acções de valorização poderá ser uma importante forma de sensibilização e divulgação das estações arqueológicas.”

A Arqueologia concede ao espaço investigado e estudado maior importância e um melhor contacto entre o território e os diversos visitantes, alertando-os para aspectos fulcrais da nossa herança cultural.

Assim, com o objectivo de realçar toda a investigação realizada no terreno pelos vários arqueólogos, o IPPAR definiu uma política de valorização dos sítios arqueológicos assente em oito grandes itens (IPPAR – Património/Balanços e Perspectivas: 2000; 43):

1. *“reforço significativo das verbas”,* no qual o IPPAR, baseado no merchandising, poderá promover e valorizá-los fomentando receitas em seu prol;
2. *“valorização prioritária dos sítios”,* abrangendo uma maior área de investigação (inclui todo o Alentejo e Algarve) e melhoria das condições essenciais às visitas turísticas: criação de Centros de Acolhimento e Interpretação, sinalética em circuitos pedestres, promoção e divulgação referente ao sítio visitado. Abarca igualmente *“O apoio logístico aos visitantes – instalações sanitárias, restaurante, zonas de estacionamento, etc. – é fundamental em locais onde, para além da importância científica, o vector turístico desempenha um papel preponderante”* (Barata: 1991; 61);
3. *“recuperação ou «resgate» para a posse do Estado (IPPAR) de certos sítios”* que sendo propriedade privada não garantem condições de visitabilidade;
4. *“cooperação com outras entidades”* de forma a ser mais eficaz a consecução dos objectivos a atingir. Neste âmbito a política de parcerias perfila-se como imperativa;
5. *“colaboração com outras entidades no domínio do estudo, pesquisa e valorização de sítios arqueológicos diversos”,* uma vez que a formação de equipas de investigação e interdisciplinares é tão mais importante quanto o apoio monetário;
6. *“valorização de monumentos arqueológicos situados em terrenos privados, integrando-os em circuitos turísticos”* de modo a torná-los conhecidos aos visitantes, gerando receitas que reverterão para a valorização e recuperação de outros sítios arqueológicos;
7. *“promoção e divulgação do Património Arqueológico sob a forma de rotas turísticas organizadas, associando-os a outros tipos de património local e regional designadamente o arquitectónico e o ambiental”,* com o objectivo de oferecer um produto turístico histórico devidamente organizado que vá de encontro aos interesses e expectativas dos visitantes;

8. *“exercício de pequenas acções exemplares, motivadoras de um reconhecimento abrangente das questões relacionadas com o património e o ambiente urbano”*, com o intuito de valorizar e reutilizar o Património rural em consonância com o Património urbano.

Por conseguinte, nos sítios arqueológicos retratados poderemos assinalar algumas características importantes e que poderão, futuramente, funcionar como pontos fortes:

- transmissão *“in loco”* de tempos antigos;
- promoção de um Turismo Cultural e Histórico versus o Turismo de Massas;
- enquadramento imediato dos vestígios arqueológicos, facilitador de transmissão da mensagem ao visitante;
- valorização museológica, ou seja, capacidade de despertar os diferentes significados e simbologias que cada estação encerra;
- incremento da oferta de serviços patrimoniais e de serviços turísticos complementares, tais como: alojamento, restaurantes, comercialização de produtos típicos da região;
- estímulo da atracção turística capaz de fomentar um Turismo Cultural, com o intuito de diversificar os destinos turísticos respeitando e preservando o meio envolvente;
- esbatimento da dicotomia Litoral – Interior;
- promoção e organização do território como um todo, sendo imprescindível a participação de todos os implicados no processo.

A valorização dos arqueossítios baseia-se em duas vertentes importantes aplicadas no programa de interpretação e recuperação, levado a cabo pelo IPPAR:

- A promoção e elaboração dos *“Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve”*, co-financiado pelo ex-Fundo do Turismo e pelo IPPAR;
- A valorização e revitalização dos imóveis arqueológicos pertencentes ao IPPAR.

Estas duas vertentes tiveram em conta a verdadeira essência dos sítios arqueológicos, nomeadamente as estruturas arqueológicas existentes e o contexto ou o enquadramento do sítio, proporcionando ao turista/visitante uma melhor percepção e compreensão.

Perante estes aspectos, as filosofias de intervenção implementadas nos diversos sítios arqueológicos estudados assentam nos seguintes princípios:

- *“a) preservação, conservação e restauro;*
- *b) pesquisa arqueológica, efectuada em regime de continuidade (...);*
- *c) oferta à fruição pública (...);*

- *d) constituição de «bases» para acolhimento do público;*
- *e) inserção dos sítios arqueológicos na ordem económica contemporânea como recurso cultural (turismo).” (IPPAR – Património/Balanços e Perspectivas: 2000; 271)*

Com o objectivo de valorizar os sítios arqueológicos, o IPPAR aposta na importância científica, cultural, comunicacional, informativa e formativa de todo o material apresentado ao turista/visitante. Para tal, o IPPAR (Património/Balanços e Perspectivas: 2000; 272) promove os seguintes aspectos:

- *“Protecção das estruturas;*
- *Salvaguarda do espólio;*
- *Tratamento do espólio;*
- *Estudo do espólio;*
- *Restauro das estruturas;*
- *Recomposição científica (...) para assegurar a sua leitura e entendimento;*
- *Arranjo paisagístico das estruturas visitáveis;*
- *Vedação, em termos qualificados das estruturas;*
- *Construção de:*
 - *Casas ou facilidades de guardaria permanente;*
 - *Observatórios simples;*
 - *Observatórios de paisagem;*
 - *Centros explicativos e de acolhimento;*
 - *Centros interpretativos;*
 - *Museus de sítio.”*

A construção de casas, ou facilidades de guardaria permanente, aponta para a necessidade de melhorar alguns aspectos, designadamente a inexistência de recepcionistas em diversos sítios arqueológicos e noutros casos de pessoal sem conhecimento aprofundado dos sítios; cite-se o caso do Povoado Pré – Histórico de Santa Vitória, ou da *Villa Romana* de Pisões.

Outro aspecto, prende-se com a importância dos observatórios. Têm como objectivo contextualizar o sítio arqueológico em toda a sua envolvência, de forma a ajudar o turista/visitante a compreender melhor e mais eficazmente o lugar e o seu enquadramento.

Por sua vez, os Centros Explicativos e de Acolhimento, que são a pedra basilar do Itinerário, têm como objectivo facultar o material informativo. Embora o principal intuito seja o de transmitir ao turista/visitante todos os aspectos importantes e fundamentais para que este possa

aprender rapidamente todas as transformações que o arqueossítio sofreu, estes centros possuem, outras funções, como a de atrair e animar o turista/visitante durante a sua visita, através de visitas educacionais e pedagógicas direccionadas para escolas ou instituições educacionais.

Os Centros Interpretativos ampliam os Centros de Acolhimento, com uma função extra – a de interacção com o público onde se *“explica, procede a (ou oferece) uma interpretação, mas também regula e disciplina os fluxos de visita, associando-se-lhe uma componente científica uma vez que estes centros se encontram dotados de gabinetes de trabalho, de centro de documentação e de reservas.”* (IPPAR – Património/Balanços e Perspectivas: 2000; 273).

3.2.3. A Importância da Interpretação dos Sítios Arqueológicos

Actualmente, a interpretação é um conceito essencial para qualquer tipo de monumento histórico e monumental. Pretende-se melhorar a comunicação e a relação do turista/meio envolvente/sítio arqueológico: *“La interpretación del patrimonio es el arte de revelar in situ el significado del legado natural, cultural o histórico, al público que visita esos lugares en su tiempo de ocio.”* (Martin: 2001; 29). Para que se atinja este objectivo é imperativo fomentar a aproximação entre Território/Turista/Património, e isso depende de estruturas que promovam a compreensão do local visitado.

Mas, para que a interpretação seja simultaneamente objectiva e atractiva é necessário a criação de equipas multidisciplinares e de práticas participativas apoiadas por técnicos especializados e qualificados nas diversas áreas específicas (arqueológicas, históricas, biológicas, turísticas, paisagísticas, entre outros) capazes de formarem e apresentarem percursos e exposições onde primem colecções cuidadas, montagens onde a linguagem seja acessível a qualquer tipo de visitante, e onde se incrementem actividades lúdicas e científicas (debates, publicações e conferências). Como nos refere Filomena Barata (1991; 61), *“A viabilidade de formação de uma equipa permanente depende, ainda, de condições logísticas a que são alheias a maioria das estações arqueológicas e que, em muitos casos, haveria necessidade de criar.”*

Desta forma, a interpretação adquire uma importância crescente, neste caso dos sítios arqueológicos onde *“la participación efectiva del ciudadano respecto de su patrimonio y que la generación de productos mediadores no aleje y descomprometa aún más a la sociedad de su responsabilidad frente a la conservación de su legado cultural y natural y que, de par sí, hi un*

museo ni un centro de interpretación pueden lograr si no se acompaña de políticas de vinculación, concienciación y difusión de propuestas participativas” (Martin: 2001; 32).

3.3. Património situado em Contexto Urbano

“O estudo e a conservação dos valores arqueológicos em meio urbano suscita uma série de questões complexas.” (Lemos: 2004, 33). Uma delas prende-se com a definição do Património Arqueológico Urbano: “No âmbito do I Colóquio de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985) pretendeu-se cingir esse conceito aos vestígios que se relacionam directa, ou indirectamente, com a história da urbe em que se incluem.” (Lemos: 2004, 33). Contudo o trabalho e a pesquisa arqueológica envolvente não se reduzem, somente, ao interior da cidade mas engloba todo o enquadramento. Assim, e que a Arqueologia em contexto urbano abarca “todas as intervenções que se realizam em meio urbano, tanto nos Centros Históricos, como nas novas urbanizações resultantes da expansão das cidades.” Lemos (2004; 33). Deste modo a investigação realizada terá que ser vista como um projecto coerente e de cariz científico e, não como uma acção esporádica e circunstancial.

A projecção do estudo e da importância do Património Arqueológico teve lugar após a Segunda Guerra Mundial no âmbito da reconstrução de diversas cidades, o que conduziu ao estudo e interesse do subsolo urbano. Consequentemente, a partir da década de 60, tornou-se obrigatório que os projectos de urbanização fossem precedidos por investigações arqueológicas, apoiadas pelo Estado e pelos empreendedores (Lemos: 2004; 34).

Na década de 70 *“surgiram na generalidade dos países europeus projectos sistemáticos de Arqueologia Urbana. Em Portugal, o primeiro projecto de Arqueologia Urbana data de 1976 e principiou em Braga. Nas décadas seguintes o número de projectos multiplicou-se exponencialmente.” (Lemos: 2004; 34-35)*

Na sequência da multiplicação de estudos arqueológicos urbanos, e não só, elaborou-se a Convenção para a Protecção do Património Arqueológico (Revista), ou Carta de Malta (Lemos: 2004; 35), considerando-se importante efectuar-se um inventário do estado do Património Arqueológico Urbano nos países que são parte integrante do Conselho da Europa. Um resultado de todo este inventário conduziu a uma *“relevante linha de convergência: no quadro da União Europeia, em que as fronteiras se esbatem, a história de centenas de cidades, do seu nascimento, vida e sobrevivência, constitui uma notável herança comum. Face a esta*

circunstância, os diversos Estados, sem prescindir da sua autonomia específica no âmbito da cultura, procuram estabelecer políticas nacionais.” (Lemos: 2004, 35).

A emergência das políticas e da organização do estudo da Arqueologia em Património Urbano e, a assinatura da Carta de Malta e do Relatório sobre a Arqueologia Urbana (Lemos 2004, 35), alertou as cidades para a denominada Arqueologia de Salvamento (anteriormente referida) enquadrada na consciencialização do valor do subsolo das cidades. Na Arqueologia Urbana *“o que distingue uma cidade europeia de outra já não é tanto a sua economia, mas o seu património histórico recente e longínquo. Nesta perspectiva, a Europa não será somente um amplo mercado, mas um universo partilhado de grandes, médios e pequenos aglomerados urbanos, cada um deles com uma história própria, ilustrada nas ruínas, nos monumentos e museus visitáveis.”* (Lemos: 2004, 36)

3.4. Património situado em Contexto Rural

No âmbito do Património Arqueológico em contexto rural teremos que o subdividir em três grandes grupos. Como nos refere António Carlos Silva (2004; 44) o primeiro grupo corresponde ao conceito tradicional da definição do bem arqueológico, analisado nas páginas precedentes (por exemplo a *villa* de S. Cucufate). O segundo grupo encerra as estruturas inerentes à época *“pós-romana”* diversas vezes igualmente classificadas como *“medieval-modernas”*. De facto, o seu estudo ainda é visto como áreas de observação e análise histórica e arqueológica sem serem alvo de uma investigação mais exaustiva. Contudo, em consonância com a minimização dos impactes patrimoniais, os achados arqueológicos em contexto rural têm vindo a ser alvo de trabalhos específicos (Silva: 2004; 44)

Como terceiro e último grupo evidenciamos *“todo um conjunto de estruturas, das mais simples às complexas, que dominaram a vida das comunidades rurais durante séculos e cuja salvaguarda (...) poderíamos classificar de «arqueologia do mundo rural»”* (Silva: 2004; 44).

Posteriormente ao registo científico dos bens arqueológicos, da sua classificação patrimonial, é necessário a sua valorização, a qual se baseia na fruição pública. Neste último aspecto o recurso às novas tecnologias de informação têm um papel preponderante devido não só *“da possibilidade de interação em tempo útil, permitindo a permanente actualização e correcção de dados arqueológicos, facilitará o seu cruzamento imediato com todo o tipo de cartografia temática, fornecendo elementos extremamente úteis, não só para a investigação mas igualmente*

para a salvaguarda, quer ao nível da monitorização e controlo, quer do planeamento.” (Silva: 2004; 46)

Porém, no território na preservação do Património Arqueológico rural ainda impera a estratégia de uma arqueologia preventiva, a qual remete para segundo plano a investigação profunda sobre os bens arqueológicos, por um lado, e por outro, o desenvolvimento exacerbado de uma política de impacte ambiental sujeita aos lucros da óptica empresarial. Em quadro *“afecta naturalmente a eficácia do planeamento e gestão do uso do solo, com implicações negativas sobre o Património Arqueológico.” (Silva: 2004; 46).* A responsabilidade das entidades locais, como por exemplo as autarquias na prossecução do ordenamento do território e de todo o planeamento inserindo os bens arqueológicos e patrimoniais com impacto social é muito importante. Recomenda-se assim a articulação entre os Planos Directores Municipais (PDM) e os Estudos de Impacte Ambiental (EIA), realizando-se igualmente inventários pormenorizados sobre os recursos existentes na região. Esta estratégia faculta *“uma maior atenção à componente cultural da paisagem como factor de valorização identitária e de reserva futura para políticas de desenvolvimento mais racionais e equilibradas.” (Silva: 2004; 46)*

A evolução da actividade turística influencia, por vezes, negativamente a salvaguarda dos bens arqueológicos em contexto rural, como por exemplo, a execução de projectos turísticos *“elitistas ou restritivos, como reservas de caça, condomínios fechados, golfes, ainda que por vezes envolvendo preocupações patrimoniais, transformam e compartimentam artificialmente a paisagem rural.” (Silva: 2004; 48)* É essencial apostar na valorização e preservação do Património Arqueológico que *“promova em cooperação com as autarquias, associações e particulares, a valorização cultural das paisagens rurais através de intervenções pontuais, individualizadas e quase cirúrgicas, de todo um vasto conjunto de bens patrimoniais que, na sua singeleza, constituem região a região, elemento insubstituível da sua própria identidade.” (Silva: 2004; 48)*

Assim é imperativo traçar o perfil do turista que escolhe o Alentejo e o Algarve como destino de férias. Neste âmbito é necessário apresentar os dados estatísticos mais recentes, recolhidos pelos órgãos locais do Turismo de cada região.

Relativamente ao Alentejo podemos encontrar um turista em que a Paisagem, a Arqueologia e História, a gastronomia e enologia; as cidades, aldeias e montes; e as praias influenciam a escolha do destino de férias⁸. Estes dados abarcam toda a região Alentejana, porque se

⁸ CF. Anexo, Gráfico n.º 5.

verificarmos individualmente, por exemplo, a Região de Turismo da Planície Dourada ou a Região de Turismo de Évora, verificamos um quadro, em termos de recursos turísticos, algo diferente da anteriormente apresentada.

Com base nos dados disponibilizados pela Região de Turismo da Planície Dourada, constatamos que em 2004, os turistas procuravam esta região tendo como principais motivações a visita a monumentos/sítios arqueológicos (240 turistas); o descanso (240 turistas); e provar a gastronomia (200 turistas)⁹. Consequentemente, podemos afirmar que os principais atractivos que esta região turística possui prendem-se em primeiro lugar com a paisagem; em segundo a tranquilidade sentida pelos turistas que a visitam; seguidos pela valorização do Património arquitectónico e a gastronomia¹⁰.

O Alentejo interior, pelo facto de não possuir praias que possam atrair um determinado nicho de mercado, aposta fortemente no Património seja ele natural, cultural, histórico e/ou arqueológico.

No que concerne ao Algarve e baseando-nos nos dados estatísticos facultados pela Região de Turismo do Algarve, no ano de 1995 (não poderemos realizar uma comparação literal devido ao desfaseamento dos dados estatísticos), constatamos que as principais motivações (de Julho a Setembro) como destino de férias são, por ordem decrescente, numa escala de importância de 1 a 10: o descanso e as praias (8,4), em primeiro lugar; a paisagem (6,5), em sexto lugar; e as atracções históricas (4,3), num modesto décimo quarto lugar numa lista de dezanove actividades¹¹.

Relativamente às habilitações literárias, constatamos que o perfil do turista algarvio baseia-se, maioritariamente, no Ensino Secundário incompleto, tendo como principais motivações (numa escala de 1 a 10), por ordem decrescente: as praias (8,8); o descanso (8,6) e a vida nocturna (7,4), no ano de 1995.

Esta situação não sucede no Alentejo, onde as motivações primordiais se encontram ligadas com toda a riqueza histórica e cultural da região. O Alentejo (apesar de ter investido tardiamente no Turismo) conseguiu promover um Turismo personalizado onde impera uma excelente relação de qualidade/preço nos serviços e recursos apresentados. Por sua vez, o Algarve encontra-se ainda demasiadamente conotado como um destino onde impera o Turismo Sol & Mar, onde o sinónimo *Litoral* está patente em todas as promoções.

⁹ CF. Anexo, Gráfico n.º 6.

¹⁰ CF. Anexo, Gráfico n.º 7.

¹¹ CF. Anexo, Quadro n.º 3, Região de Turismo do Algarve.

No que se refere à região alentejana, poderemos traçar o seguinte quadro com as características globais de oferta do Património rural (Análise SWOT):

Pontos Fortes e Oportunidades do Alentejo

		ALENTEJO
Pontos Fortes		
Diversidade de atractivos turísticos, em múltiplas áreas do território, articuladas e/ou articuláveis a diversos produtos turísticos		●●●
Valorização e promoção do Património histórico e arqueológico, onde se evidencia as presenças: romanas e árabes e as igrejas, conventos, castelos, fortalezas		●●
Valorização do Património Arqueológico industrial (Minas de S. Domingos em Mértola)		●●
Diversidade do Património histórico e natural, que apresentam um vasto número de zonas de interesse turístico		●●
Disponibilidade de uma rede mínima de infra-estruturas e equipamentos de apoio à actividade turística, com perspectivas de um progresso significativo no próximo futuro		●●
Existência de potenciais de desenvolvimento de diversos produtos turísticos, designadamente articulando a oferta relativamente padronizada/massificada com a oferta de turismos novos/alternativos		●●

Quadro Avaliativo n.º1

Fonte: CEDRU/MUNDIPRAXIS, (2001); Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo; Região de Turismo da Planície Dourada.

		ALENTEJO
Oportunidades		
Desenvolvimento de uma rede de museus, com grande capacidade de atracção, inovação e animação turística		●●
Crescimento do segmento <i>short-breaks</i> , circuitos temáticos e urbanos		●●●
Recuperação e valorização turística das grandes estações arqueológicas romanas da região (Miróbriga, S. Cucufate, Pisões, Torre de Palma)		●●
Crescimento da procura de actividades de ar livre		●●
Crescimento dos circuitos urbanos e culturais e temáticos		●●●
Crescimento do segmento natureza e paisagem		●●
Reforço da visibilidade patrimonial, cultural e turística		●●
Melhoria das acessibilidades e transportes		●●
Aposta nas parcerias público-privadas para a promoção e valorização do Património histórico-cultural		●

Quadro Avaliativo n.º2

Fonte: CEDRU/MUNDIPRAXIS, (2001); Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo; Região de Turismo da Planície Dourada.

Os recursos histórico-culturais e naturais, se forem organizados e planeados conjuntamente poderão vir a formar os tão procurados itinerários temáticos ou os short-breaks rurais, o que irá potenciar o Turismo Itinerante numa sociedade onde se procura cada vez mais novas e diversificadas sensações e conhecimentos.

Ao encararmos como uma oportunidade, as inúmeras vantagens que o Alentejo poderá vir a usufruir se se fomentar a parceria entre o privado e o público, poderemos verificar igualmente a médio prazo a elaboração de uma rede de museus tida como ponto forte, que será a entidade promotora de todo o tipo de Património histórico da região. Esta rede de museus poderá abarcar museus em espaço fechado e/ou aberto apostando na visibilidade e na musealização *in loco* sempre que possível e sem colocar em perigo os achados históricos e patrimoniais.

Por outro lado o Alentejo deverá, igualmente ter em especial atenção o quadro que abaixo iremos apresentar que consiste na evidência dos pontos fracos e das ameaças:

Pontos Fracos e Ameaças do Alentejo

	ALENTEJO
<i>PONTOS FRACOS</i>	
Carências e insuficiências de qualidade dos equipamentos e serviços directamente ligados ao Turismo: núcleos rurais-urbanos com expressivo interesse cultural	◆◆
Deficiências nos equipamentos e serviços complementares do Turismo, particularmente nos serviços conexos à mobilidade dos turistas	◆◆◆
Escassez de recursos humanos e insuficiências no âmbito da formação profissional, em especial na adequação às diferentes características dos produtos turísticos e dos turistas que os procuram	◆◆◆
Deficiências na sinalização turística regional e municipal	◆◆
Carências de estudos técnicos e regulares (estudos de planeamento estratégico, de mercado e outros)	◆◆◆
Deficiente utilização de novas tecnologias	◆◆
Limitações do <i>staff</i> técnico de apoio ao Turismo	◆◆◆

Quadro Avaliativo n.º 3

Fonte: CEDRU/ MUNDIPRAXIS, (2001); Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo; Região de Turismo da Planície Dourada.

		ALENTEJO
Ameaças		
Degradação patrimonial e ambiental		◆
Esvaziamento populacional e envelhecimento das estruturas demográficas		◆◆◆
Deficiente ou insuficiente promoção e <i>marketing</i>		◆◆◆
Deficientes acessibilidades rodo e ferroviárias		◆◆
Debilidade do tecido empresarial turístico		◆◆
Dificuldades de concertação entre o público/privado		◆◆

Quadro Avaliativo n.º 4

Fonte: CEDRU/ MUNDIPRAXIS, (2001); Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo; Região de Turismo da Planície Dourada.

É importante sublinhar a imperativa melhoria dos equipamentos e serviços turísticos complementares. Esta situação influencia a escassa procura nos sítios arqueológicos estudados, quando não se encontram perto de cidades com visibilidade turística internacional, como é o caso do Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória.

O Alentejo ainda é uma região com carências infra-estruturais e de serviços sociais, débil em termos empresariais, o que o torna numa das regiões mais marginalizadas face ao processo global de desenvolvimento do país.

Quanto ao Algarve temos o seguinte quadro:

Pontos Fortes e Oportunidades do Algarve

		ALGARVE
Pontos Fortes		
Proximidade dos grandes mercados emissores		●●●
Diversidade de atractivos turísticos, que fomentam o Turismo alternativo e activo		●●
Aposta nos diversos meios de animação turística e desportiva e de algumas iniciativas culturais		●●
Aposta crescente no segmento de golfe e Natureza		●●
Diversidade do Património histórico e natural, que apresentam um vasto número de zonas de interesse turístico		●●

Quadro Avaliativo n.º 5

	ALGARVE
Oportunidades	
Redimensionar a imagem do Algarve, não apostando somente no produto massificado	••
Crescimento da procura das actividades ao ar livre	••
Promover a recuperação e a valorização do Património histórico e arqueológico	•
Crescimento dos circuitos urbanos e culturais e temáticos	••
Melhoria das acessibilidades e transportes	••
Reforço da visibilidade patrimonial	•

Quadro Avaliativo n.º 6

Verifica-se uma vontade pública e privada de diversificar e redimensionar a imagem do Algarve. Este redimensionamento fundamenta-se na diversidade de recursos com atractividade para o Turismo, como por exemplo os Castelos, as Fortalezas ao longo da costa, e os diversos sítios arqueológicos que irão ser referidos neste trabalho. Todavia, a criação de estratégias de promoção de modo a redimensionar a imagem algarvia para o mercado externo e a combater a sazonalidade turística, podem ser comprometidas pelos pontos fracos e as ameaças que o Algarve enfrenta, em termos de Património Histórico e Arqueológico:

Pontos Fracos e Ameaças do Algarve

	ALGARVE
Pontos Fracos	
Forte sazonalidade	◆◆◆
Deficiências nos equipamentos e serviços complementares do Turismo, particularmente nos serviços conexos à mobilidade dos turistas	◆◆◆
Escassez de recursos humanos e insuficiências no âmbito da formação profissional, em especial na adequação às diferentes características dos produtos turísticos e dos turistas que os procuram	◆◆◆
Deficiências na sinalização turística regional e municipal	◆◆
Deficiente utilização de novas tecnologias	◆◆
Limitações do <i>staff</i> técnico de apoio ao Turismo	◆◆◆

Quadro Avaliativo n.º 7

	ALGARVE
Ameaças	
Degradação patrimonial e ambiental	◆
Escassez de guias profissionalizados na divulgação e promoção das potencialidades patrimoniais	◆◆◆
Deficientes acessibilidades rodo e ferroviárias	◆◆
Debilidade do tecido empresarial turístico	◆◆
Dificuldades de concertação entre o público/privado	◆◆

Quadro Avaliativo n.º 8

Verificamos que a escassez e a inexistência de sinalização turística, compromete as visitas e a própria divulgação. As fragilidades sentidas no *staff* técnico complementado com a parca utilização das novas tecnologias conduzirão, a longo, prazo à debilidade do tecido empresarial e à falta de campanhas promocionais estratégicas que divulguem outras potencialidades, incluindo as patrimoniais.

Ao analisarmos as duas regiões não podemos deixar de salientar alguns aspectos que deverão ser levados em linha de conta de forma a esbaterem e/ou combaterem o abandono ou o esquecimento de que foi vítima o Património rural, histórico e arqueológico:

- A preservação e fruição dos valores patrimoniais (está a ser levada a cabo pelas diversas acções de revitalização que o IPPAR tem vindo a realizar com os Centros de Acolhimento e Interpretação dos sítios arqueológicos);
- A sustentabilidade das dinâmicas territoriais, económicas e sociais (é necessária a participação activa da população local, sem nunca esquecer a visibilidade e o enquadramento histórico e natural do sítio);
- A visibilização estratégica e selectiva, de recursos e produtos turísticos (a realização de promoções conjuntas e diversificadas dos recursos turísticos existentes);
- A expansão, qualificação e diversificação de equipamentos e serviços turísticos (é necessário melhorar a oferta turística de forma a fidelizar e aumentar o tempo de permanência do turista/visitante);
- A preparação e adequação dos recursos humanos (na nossa perspectiva um dos pontos mais evidentes no nosso estudo é a falta de profissionais qualificados);
- A mobilização e concertação de vontades e investimento turístico (para a diversificação e melhoria de infra-estruturas e de serviços turísticos é necessário investimento e que este

seja realizado através de parcerias locais, regionais e nacionais, incluindo o sector público e privado).

Só desta forma poderemos promover e valorizar, conjuntamente, o Património rural, histórico e arqueológico do Alentejo e Algarve. Não basta delimitar e desenhar o itinerário temático baseado nos sítios arqueológicos, mas é essencial ter, ainda, em atenção todas as estruturas de apoio existentes em cada região e concelho de forma a atrair o turista/visitante e a prolongar a sua estada, conhecendo melhor o contexto rural.